

POLÍTICAS CULTURAIS NA BAHIA / BRASIL 2011-2013

Antonio Albino Canelas Rubim *

A tradição baiana no campo das políticas culturais têm reproduzido as dinâmicas nacionais de ausências, autoritarismos e instabilidades, com algumas pequenas nuances. A Bahia viveu um longo período de ausência de políticas culturais. A própria Secretária Estadual de Cultura foi criada tardiamente em comparação com outros estados brasileiros. Ela só foi inaugurada no pós-ditadura, em 1987, no Governo Waldir Pires. Logo depois, em 1991, no Governo Antonio Carlos Magalhães, ela foi extinta. Posteriormente, em 1995, ela foi recriada pelo Governador Paulo Souto como Secretaria de Cultura e Turismo.

O prolongamento do autoritarismo mesmo no período pós-ditadura, decorrente do estilo carlista de governar, não garantiu um ambiente de liberdade e crítica, que favorecesse o florescer cultural baiano com o retorno da democracia. A opção pelo mercado como orientador das políticas culturais, vigente no Brasil com base nas leis de incentivo, foi reproduzida na Bahia através do FazCultura, lei de incentivo estadual, que repetiu muitas das mazelas das leis nacionais e as combinou com traços de dirigismo estatal na definição dos patrocínios. Foram constantes as acusações de apoios concentrados em termos geográficos e de beneficiários, com denúncias de privilégios e uso inapropriado da legislação.

Algumas singularidades baianas se somaram à reprodução das três tristes tradições das políticas culturais nacionais. Desde a reinstalação da Secretaria, agora como de Cultura e Turismo, até seu desmembramento em 2007, ele teve sempre o mesmo dirigente, Paulo Gaudenzi, oriundo da área de turismo. Nestes longos 12 anos, a cultura esteve subordinada aos interesses do turismo, com todos os problemas e distorções que isto ocasionou.

A Secretaria de “Turismo e Cultura” buscou incessantemente, com esta inversão de orientações e prioridades, a afirmação de uma identidade forjada principalmente pelo intuito de vender o estado no mercado do turismo. Uma identidade, concebida como uma e única para toda a Bahia, desconheceu o diálogo cultural democrático, aberto e plural com a sociedade baiana e a interlocução com outras culturas, privilegiando um grupo bastante reduzido de interlocutores, interesses e signos, conformando uma espécie de monocultura da baianidade, que esqueceu a diversidade cultural constitutiva da Bahia.

O fechamento e isolamento da Secretaria de Cultura e Turismo no plano estadual, nacional e internacional foram notáveis, implicando em graves descompassos e atrasos da cultura baiana em relação às dinâmicas inscritas no panorama contemporâneo, nacional e internacional. As transformações acontecidas nas políticas culturais nacionais no Governo Lula, mesmo sob a direção do baiano Gilberto Gil, não tiveram acolhida na Bahia. O estado ficou alijado, com grandes prejuízos para a atualização necessária da cultura baiana.

Mudanças nas políticas culturais (2007-2011)

O desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo em duas secretarias distintas foi uma das medidas do Governador Jaques Wagner, atendendo a demanda de amplos setores culturais e da sociedade baiana. Com o novo governo, o clima de liberdade e de democracia finalmente chegou à Bahia.

A gestão do Secretário de Cultura Márcio Meirelles teve como característica mais marcante a busca da territorialização da cultura na Bahia. A nova Secretaria adotou a noção de territórios de identidade, instituída pelo Governo, pois esta noção trouxe imamente uma dimensão claramente cultural, como a expressa pelo sentido de pertença a um determinado território. Por óbvio, as outras dimensões – geográficas, econômicas, políticas etc. – não foram desconsideradas, mas esta uma nova e vital dimensão foi incorporada à delimitação das fronteiras territoriais.

O processo de democratização da cultura, então desencadeado, possibilitou a realização de conferências de cultura, territoriais e estaduais, estimulou a atuação territorial da cultura, implantou pontos de cultura e sua rede estadual, apoiou a constituição de fórum dos dirigentes municipais de cultura e instalou as representações territoriais da cultura. A Bahia finalmente passou a atuar em parceria com o Ministério da Cultura, dirigido pelos baianos Gilberto Gil e Juca Ferreira.

O financiamento da cultura também foi democratizado com a implantação da dinâmica de editais para a distribuição dos recursos do Fundo de Cultura da Bahia. Com isto a lógica do favor estava sendo superada. O fundo foi valorizado e passou a ser a modalidade principal de financiamento à cultura na Bahia, colocando em segundo plano a lei estadual de incentivo cultural (FazCultura).

Políticas culturais da gestão atual (2011-2014)

Com a troca do secretário no segundo governo Jaques Wagner, a Secretaria de Cultura passou por um natural processo de continuidade e mudança. Muitas das políticas implantadas pela gestão anterior foram continuadas, como se verá a seguir, e outras foram construídas e inventadas.

A Secretaria de Cultura centralizada e as instituições vinculadas passaram a ser orientadas pelas seguintes diretrizes: construção de uma cultura cidadã, aprofundamento da territorialização da cultura, fortalecimento da institucionalidade cultural, crescimento da economia da cultura, ampliação dos diálogos interculturais e alargamento das transversalidades da cultura.

Construção de uma cultura cidadã

A construção de uma cultura cidadã emerge como componente essencial do processo de desenvolvimento econômico e social que vive o Brasil e a Bahia. Tais mudanças devem ser necessariamente acompanhadas de transformações políticas e culturais, sendo que estas envolvem a modificação dos valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de novos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de paz, de equidade e de respeito à diversidade, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, a atuação da Secretaria não apenas buscou o desenvolvimento da cultura, mas assumiu como compromisso qualificar este desenvolvimento pela superação de valores autoritários, conservadores, intolerantes e monolíticos por novos valores que estejam em sintonia com o aprimoramento e a emancipação da sociedade e dos indivíduos. A política cultural adotada, por conseguinte, nada teve de neutra. Pelo contrário, ela tomou nitidamente posição nas lutas culturais e políticas em curso nas sociedades: internacional, brasileira e baiana.

Aprofundamento da territorialização

Desde o início do Governo Jaques Wagner, a Secretaria de Cultura assumiu com vigor os territórios de identidade como política que assegura atenção à diversidade de manifestações culturais presente em todos os territórios da Bahia. Coube, neste segundo

mandato da cultura, aprofundar e consolidar este processo de territorialização, que visa levar as políticas culturais ao interior e à periferia de Salvador, superando a histórica delimitação e aprisionamento destas políticas em alguns territórios da capital.

Para realizar esta política, ainda no primeiro mandato, foram implantadas conferências de cultura territoriais, setoriais e estaduais; os representantes territoriais de cultura e foi instituído o Fórum dos Dirigentes Municipais de Cultura. Além de reforçar estes processos, os centros e espaços culturais da Secretaria passaram a assumir papel destacado neste processo de territorialização e caravanas culturais foram inauguradas.

Muitos dos centros e espaços culturais da capital e do interior foram deslocados da Fundação Cultural do Estado da Bahia, voltada para a atuação na área de artes, para a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura, visando uma maior inserção no processo de territorialização. Deste modo, maior atenção passou a ser destinada a estes lugares, através de reformas, renovação de seus equipamentos e dinamização de sua programação.

As caravanas, realizadas semestralmente, permitem que uma equipe de dirigentes da secretaria se desloque por dezenas de municípios, assistam mostras montadas em cada cidade visitada por sua comunidade cultural e debatam temas com a população. Tais visitas, apresentações e discussões possibilitam o conhecimento dos territórios e agentes culturais e ensejam a construção de políticas culturais para os territórios visitados.

Fortalecimento da institucionalidade cultural

O Brasil e a Bahia têm uma organização do campo cultural muito frágil. Um dos desafios das políticas culturais, diante deste déficit organizacional, aparece como fortalecer sua institucionalidade. Este processo busca consolidar: políticas, estruturas,

gestão democrática, procedimentos republicanos de apoio à cultura, tais como as seleções públicas e editais, e mecanismos de participação político-cultural. A criação de novas instituições, a reforma de instalações existentes, a qualificação da gestão e a formação de pessoal em cultura são vitais para o desenvolvimento cultural.

Em 2011, foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa, a Lei Orgânica da Cultura, pauta central da III Conferência Estadual de Cultura, realizada em 2009, na cidade de Ilhéus. A lei instituiu o Sistema Estadual de Cultura, o Plano Estadual de Cultura e democratizou o Conselho Estadual de Cultura. Além da lei, a reforma administrativa, também realizada na nova gestão, reforçou a institucionalidade cultural com a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias e do Centro de Formação em Artes.

Aliás, a formação e qualificação em cultura se tornou uma das prioridades da secretaria, pois sem ela não se consolida a institucionalidade cultural, nem se aprimora a gestão e o desenvolvimento da cultura. Neste horizonte, conformou-se o Programa e a Rede de Formação e Qualificação em Cultura, que reúne todas as universidades públicas, federais e estaduais, os institutos federais de educação, entidades do Sistema S, organizações não governamentais voltadas para cultura e educação, secretarias estaduais afins e Ministério da Cultura. A secretaria adotou uma política deliberada de apoio à constituição de novos cursos na área da cultura, sejam de graduação e pós-graduação ou de extensão e especialização. O esforço visa tornar a Bahia uma referência na área de formação e qualificação em cultura no Brasil.

Durante o ano de 2012, a Secretaria de Cultura se empenhou em elaborar o projeto de construção do Instituto Baiano de Museus, discutir o conteúdo do Plano Estadual de Cultura, criado no ano anterior pela Lei Orgânica, e o Plano Estadual do Livro e Leitura, em conjunto com a Secretaria da Educação e com a comunidade cultural da área do livro e leitura. Estes documentos foram em 2013 submetidos à consulta pública e aos Conselhos: Estadual do Livro e Leitura e Estadual de Cultura e em 2014 serão transformados em decreto e lei.

O fortalecimento da institucionalidade cultural não se esgota na criação de novas instituições e legislações, nem na formação e qualificação das pessoas, mas implica igualmente na própria organização do campo cultural. Neste sentido, a Secretaria tem estimulado, dentre outros, a organização dos colegiados setoriais – em 2011 foram instalados sete colegiados da área de artes e em 2012 um nó registro das culturas digitais –, a constituição de associações de amigos de instituições culturais, a exemplo do Teatro Castro Alves, e consórcios intermunicipais de cultura.

Crescimento da economia da cultura

Uma das áreas econômicas de maior expansão no mundo contemporâneo é a cultura. As indústrias culturais e a economia criativa são componentes fundamentais da economia em uma sociedade do conhecimento. O potencial da economia da cultura na Bahia precisa ser compreendido e estar inscrito no seu processo de desenvolvimento.

A Secretaria de Cultura entendeu que o financiamento da cultura aparece como uma das dimensões essenciais da economia da cultura. O campo da cultura, dada a sua complexidade constitutiva, requer diversificadas modalidades de financiamento, que envolvam, pelo menos: estado, públicos e empresas.

Neste horizonte, a secretaria tem buscado diversificar e tornar mais republicanos e transparentes, através de seleções públicas, seus procedimentos de financiamento à cultura. Hoje, existem na Bahia quatro modalidades de financiamento estatal: Fundo de Cultura da Bahia, Calendário das Artes, programa de incentivo cultural intitulado FazCultura e microcrédito cultural. A maior parte do financiamento, mais de dois terços, se realiza através do fundo de cultura, o que possibilita um trabalho mais amplo e universal, porque não limitado pela lógica do mercado, como ocorre em outros modos de financiamento.

Desde 2012 foi implantada no fundo uma dinâmica de editais por setores culturais, substituindo a lógica anterior de editais temáticos inscritos em setores específicos. Com este dispositivo foi possível, simultaneamente, diminuir seu número, alargar sua abrangência e dotar os editais de uma periodicidade anual. Assim, foram ampliadas as oportunidades oferecidas e incentivado o planejamento da comunidade cultural. Os dados sobre o Fundo de Cultura da Bahia e o FazCultura estão sintetizados nas tabelas e gráfico abaixo.

Tabela 01: Fundo de Cultura da Bahia

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Projetos apoiados	30	40	178	104	275	389	231	381
Projetos Inscritos		147	1148	1717	1150	661	838	2364
Investimento (milhões de reais)	7.60	15.31	10.56	16.07	20.05	22.12	24.12	30.07

Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia.

A lei de incentivo, importante modalidade de financiamento, assume um caráter complementar, pois é orientada por interesses de mercado e do marketing cultural. Ela é de difícil aplicação a muitas demandas de financiamento. Outro dado relevante: o FazCultura trabalha com a isenção de 80% do imposto devido, impulsionando, pelo menos, uma parcela de recursos privados a serem investidos na cultura. O contraste entre a situação das leis de incentivo no plano nacional (80% do financiamento nacional e isenção muitas vezes de 100% do imposto devido) e estadual (apenas 30% do financiamento estadual e isenção máxima de 80%), sem dúvida, coloca a Bahia em um lugar ímpar e melhor no financiamento a cultura no Brasil.

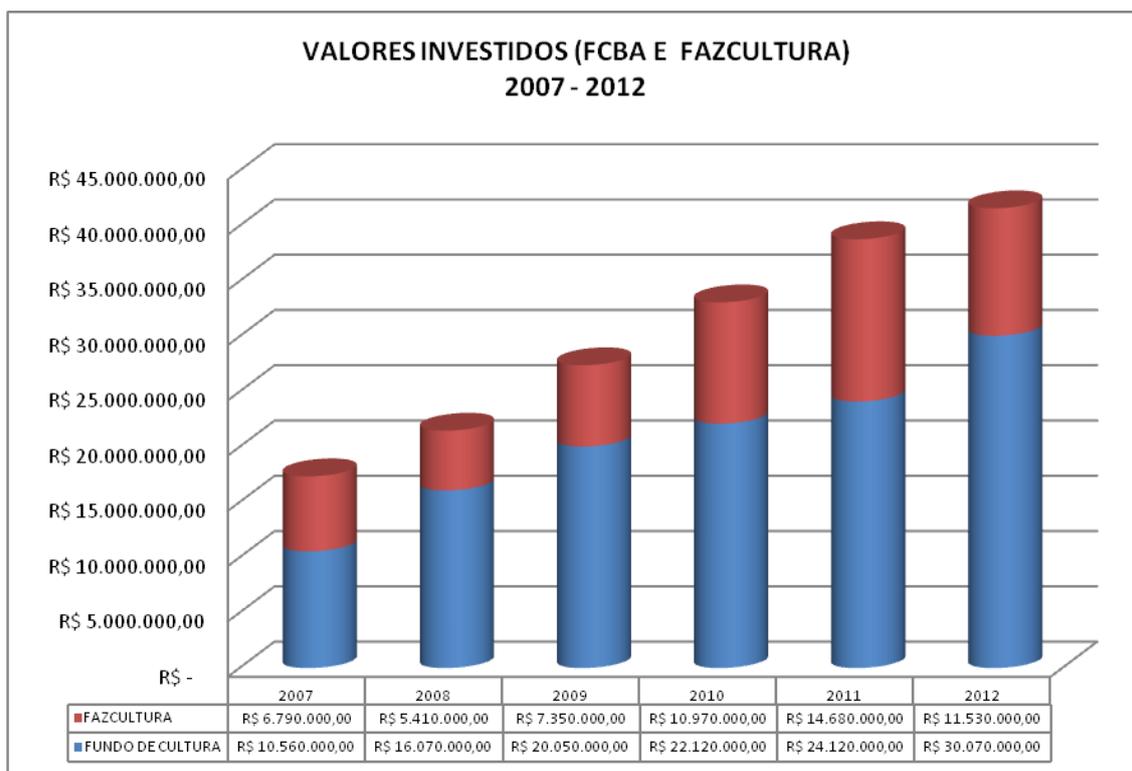
Tabela 02: FazCultura – Lei de Incentivo à Cultura

Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Projetos patrocinados	146	156	71	34	51	62	96	65
Investimento (milhões de reais)	14.99	14.82	6.79	5.41	7.35	10.97	14.68	11.53

Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia

A soma dos investimentos dos dispositivos de financiamento pode ser vista abaixo:

Gráfico 01 – Valores investidos no FCBA e no FazCultura



Fonte: Secretaria de Cultura da Bahia

Outro programa de apoio à cultura que merece ser anotado vem sendo desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, órgão vinculado à Secretaria de Cultura. Ele se chama Calendário das Artes. Apesar de lidar com recursos bem menores, este

programa, devido aos procedimentos simplificados e ao processo de implantação territorial, tem mobilizado as comunidades artístico-culturais em todo o território da Bahia.

No horizonte da economia da cultura, buscando diversificar as possibilidades de sustentabilidade da cultura, o estado deve atuar estimulando o crescimento de mercados alternativos no campo cultural, baseados nos princípios da economia solidária, pois as indústrias culturais têm dinâmicas e mercados capitalistas específicos, que independem da atuação da secretaria.

Para incentivar a constituição de mercados culturais, a secretaria tem apoiado a criação de circuitos culturais alternativos, em especial envolvendo o interior do estado e as periferias da cidade de Salvador. Nesta perspectiva, política de formação de públicos culturais tem sido desenvolvida através dos equipamentos culturais da secretaria, instalados na capital e no interior, e por programas como o Verão Cênico.

O programa Bahia Criativa, que se encontra em etapa inicial de gestação, envolvendo diversas secretarias e instituições afins, como o SEBRAE e o Ministério da Cultura, pretende alavancar o potencial da economia criativa na Bahia. Ele envolve um investimento relevante em formação e qualificação no campo da cultura, além de projetos estruturantes como o Forte de Serviços Criativos, localizado no antigo Forte do Barbalho, que busca reunir serviços culturais necessários à criação de espetáculos, em todas as suas variantes nas áreas de: música, teatro, dança, opera, audiovisual, arte de rua, circo, culturas digitais etc. O Forte deve aglutinar serviços de cenografia, iluminação, sonorização, vestuário, design, aplicativos digitais etc.

Outro projeto estruturante chama-se Ambiente Digital, em projeto na cidade de São Francisco do Conde, envolvendo: a instalação de curso de graduação inovador em Culturas Digitais, a criação de laboratório de produção e de pesquisa nesta área, a constituição de programa para encubar micro e pequenas empresas de culturas digitais e

a elaboração de leis municipais para atrair investimentos em tecnologias digitais. Este projeto congrega a Secretaria Estadual de Cultura, a Prefeitura de São Francisco do Conde, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Economia Criativa. Mas algumas mudanças nestas instituições têm colocado a implantação do projeto em perigo.

O desenvolvimento da economia da cultura e mesmo de políticas culturais requerem informações e indicadores. Nesta perspectiva, a secretaria, através da Superintendência de Promoção da Cultura e de sua Diretoria de Economia da Cultura, está implantando o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), essencial para garantir dados e análises consistentes sobre a economia da cultura na Bahia. Esta diretoria também é responsável pela realização de pesquisas na área da cultura, buscando compreender dinâmicas das festas populares, a exemplo do carnaval, e de áreas da cultura baiana, como o audiovisual.

Diálogos interculturais

Esta diretriz visa ampliar os diálogos interculturais entre estoques e fluxos culturais (ocidental, afro-brasileiro, do sertão, dos povos originários etc.) que configuram a cultura baiana, os sotaques brasileiros e outras culturas do mundo, em especial latino-americanas e africanas. Sem os diálogos interculturais não existe a possibilidade de desenvolvimento da cultura, pois ela sempre é resultante das conversações e trocas culturais.

Esta perspectiva aparece como vital para superar a monocultura da baianidade que animava as políticas culturais anteriores ao Governo Jaques Wagner. Agora a baianidade é imaginada como complexa e composta de múltiplos estoques e fluxos culturais. Uma identidade produzida pela diversidade, que constitui a Bahia.

Por óbvio, as culturas negras são fundamentais para a constituição da cultura baiana. Neste horizonte, o programa/evento Encontro das Culturas Negras, iniciado em novembro de 2012 e de 2013, merece destaque. Ele busca fazer dialogar as culturas negras baianas com as nacionais e as internacionais, colocando a Bahia como encruzilhada destes potentes estoques e fluxos simbólicos negros. O primeiro acontecimento propiciou encontros memoráveis como: o inédito espetáculo musical coletivo do Ylê e do Olodum; a reunião das baterias dos maiores grupos afro e afoxés sob a direção de Carlinhos Brown; a discussão acerca dos carnavais negros das Américas, reunido representantes do Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Uruguai e Trinidad e Tobago e as numerosas trocas culturais entre estados brasileiros e países, como Uruguai e Venezuela. O segundo encontro teve a presença cultural marcante de Angola e aconteceu não como um evento data, mas como processo que transcorreu durante o mês de novembro, ampliando sua repercussão.

Por volta de 80% do território baiano são sertões. Entretanto, esta vertente cultural, essencial para a Bahia e o Brasil, foi menosprezada pelas políticas culturais anteriores, orientadas pela monocultura. O projeto/evento Celebração das Culturas dos Sertões, inaugurado em maio de 2012 e continuado em maio de 2013, pretende reanimar e rearticular os fazedores destas culturas para revitalizar sua dinâmica e colocar as culturas dos sertões na agenda cultural da Bahia e do Brasil. Os acontecimentos, realizados em conjunto com a comunidade envolvida com os sertões, funcionaram como polos desencadeadores de todo um processo de revigoração das culturas dos sertões da Bahia.

As copas serão momentos excepcionais de visibilidade internacional do país. Em 2013 e 2014 o Brasil estará, como nunca, na agenda mundial. Nas discussões sobre as copas surge sempre a palavra legado. Ela está associada às obras físicas que ficariam como benefícios para a população. Mas o legado pode assumir uma dimensão intangível, bastante significativa para o país. Este parece ser um dos desafios mais contemporâneos das políticas culturais no Brasil e na Bahia. Como se apropriar deste momento único de visibilidade para colocar a cultura brasileira e baiana nas agendas internacional e nacional. Não se pode perder esta excepcional oportunidade para dar uma intensa

visibilidade à nossa cultura. Ou seja, a circunstância atual requer formulação e implantação de específicas políticas culturais, inspiradas no diálogo cultura e copas. Neste horizonte, a Secretaria de Cultura elaborou um vasto programa intitulado Cultura na Copa que ocorreu durante a Copa das Confederações. Foram mais de 120 espetáculos e mostras em 22 espaços culturais da Secretaria de Cultura, localizados na capital e no interior.

As relações internacionais e nacionais aparecem como instantes notáveis para os diálogos interculturais. Como destaque neste quesito emerge o Programa de Mobilidade Artístico-Cultural, que apoia, via chamamentos públicos, a visitação periódica e cruzada de artistas e profissionais da cultura. Este programa está sendo reforçado com a instalação da Residência Artístico-Cultural do Pelourinho, que deverá ser uma das ancoras mais consistentes do programa. Dois outros projetos também merecem ser destacados: o Bahia Music Export, que divulga a música da Bahia no mundo e no Brasil e já produziu cinco CDs, e a publicação da coletânea Autores Baianos: Um Panorama, que reuniu 18 escritores baianos, com tradução em espanhol, inglês e alemão e vem sendo divulgada em eventos internacionais, a exemplo da Feira do Livro de Frankfurt.

As trocas culturais implicam também em uma animada circulação cultural. Alguns programas desenvolvidos pela secretaria buscam exatamente difundir novos repertórios em outros locais. O Verão Cênico busca fazer circular e popularizar, na capital e no interior, a produção teatral baiana. O Kit do Teatro Baiano também faz esta divulgação. O Mapa Cultural da Bahia permite conhecimento e divulgação da música feita em toda a Bahia. O Balé do Teatro Castro Alves, desde 2011, realiza um programa de circulação na Bahia e em outros territórios, inclusive internacionais. O mesmo ocorre com a orquestra jovem Neojibá. O Prêmio Nacional de Fotografia Pierre Verger e o Festival Nacional Cinco Minutos, todos realizados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, são bons exemplos de atividades de intercâmbio e trocas culturais.

Os diálogos interculturais e o próprio desenvolvimento da cultura não podem prescindir de um elemento crucial: a reflexão e a crítica cultural. A Fundação Cultural do Estado

da Bahia, neste horizonte, implantou um programa de incentivo à crítica cultural, que envolve: seminário, cursos, premiações, publicação de revista e coleção de livros. A reflexão e a crítica são compreendidas como momentos imprescindíveis da dinamização e da vitalidade da cultura.

Alargamento das transversalidades da cultura

A cooperação não acontece apenas entre culturas e territórios distintos, mas igualmente entre áreas de reflexão e de práticas diferenciadas. Na contemporaneidade parece impossível desenvolver a cultura sem considerar sua articulação, cada dia mais essencial, com campos afins, como: educação, comunicação, ciência e tecnologia, turismo, economia, segurança pública, saúde, urbanismo, trabalho e outros. Por conseguinte, ênfase especial está sendo dada ao trabalho colaborativo com outras áreas e secretarias.

Não existem políticas culturais na atualidade sem educação e comunicação. A interface entre cultura, educação e comunicação torna-se vital na contemporaneidade. A rigor, educação é, em boa medida, transmissão da herança cultural de uma geração à outra. A rigor, quando se fala em comunicação, não se deve esquecer que suas mídias não só transmitem cultura, mas são hoje gigantescas produtoras de cultura.

A cooperação com a educação envolve variados projetos. Dentre outros, ela inclui: a restauração de obras artísticas pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural, entidade vinculada à Secretaria, como acontece com os murais modernistas da famosa Escola Parque, criada por Anísio Teixeira; a elaboração conjunta do Plano Estadual do Livro e Leitura; a reestruturação da Bienal do Livro da Bahia e a organização de visitas de professores e estudantes aos museus do estado.

O remanejamento do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) da Secretaria de Cultura para a Secretaria de Comunicação em 2011, não resta dúvida, prejudicou a cooperação entre cultura e comunicação, antes realizadas principalmente pelo instituto. Sua continuidade, em geral, acontece através da divulgação das atividades e da transmissão dos espetáculos produzidos pela Secretaria de Cultura. Mas a discussão essencial das interconexões entre as políticas e as práticas de cultura e de comunicação, em especial audiovisuais, foi fragilizada.

Com o turismo a cooperação se realiza também em diferentes dimensões. Na área de instalações físicas, através da atuação conjunta no restauro e reforma do patrimônio, a exemplo do que ocorreu nas Igrejas do Rosário dos Pretos e de Nossa Senhora do Pilar, e dos projetos em curso no Museu de Arte Sacra, no Palácio da Aclamação, no Museu Wanderlei Pinho e no Liceu de Artes e Ofícios, para a instalação da Fundação Cultural do Estado da Bahia e de centro cultural no Pelourinho.

Além do trabalho conjunto na área de patrimônio, a cooperação com a Secretaria de Turismo e a Bahiatursa abrange a capoeira no Forte de Santo Antonio Além do Carmo. Registro especial para a colaboração na realização de festas populares, como o carnaval e as festas juninas.

A atuação colaborativa abarca hoje muitas áreas e secretarias. Com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação estão em andamento projetos em culturas digitais e economia criativa. Com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano são diversas as ações comuns no Centro Histórico. Com a Secretaria de Segurança Pública participa-se do Pacto pela Vida, programa estadual de levar a presença do estado e da segurança para territórios violentos da capital e do interior. Com a Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, a Secretaria de Cultura realizou o programa Cultura na Copa. Com a Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes está em andamento o programa Trilhas, desde 2012. Ele formou naquele ano mais de 500 jovens, através de cursos em artes, produção cultural e culturas digitais. Para os anos seguintes, o programa foi ampliado.

Com as Secretarias da Promoção da Igualdade Racial; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres igualmente estão sendo desenvolvidas importantes ações conjuntas. Estas interfaces são fundamentais para a construção de uma cultura cidadã, pois elas acionam direitos, oportunidades e valores que são constitutivos para uma nova cultura. Uma cultura, que expresse não só a cidadania cultural, com seus direitos específicos, mas que faça prevalecer na sociedade baiana novas relações, modos de sentir, de pensar e de imaginar a sociedade em uma ótica humana, demasiadamente humana. Todas estas cooperações buscam sempre potencializar e realizar a transversalidade hoje indispensável às políticas culturais.

Bibliografia

BRANDÃO, Hannayana (2011). *Políticas Culturais na Bahia: Gestões de Paulo Souto (2003-2007) e Jaques Wagner (2007-2009)*. Salvador, Dissertação de Mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

FERNANDES, Taiane (2008). *Políticas Culturais - A Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia 1995-2006*. Salvador, Dissertação de Mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

ROCHA, Sophia (2011). *Programa Cultura Viva e seu Processo de Estadualização na Bahia*. Salvador, Dissertação de Mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (2011). *Políticas culturais e o Governo Lula*. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo.

VIEIRA, Mariella Pitombo (2004). *Política cultural na Bahia: o caso do Fazcultura*. Salvador, Dissertação de Mestrado no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.